



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.  
www.jornaldocomercio.com/agro



# Conab importa 263,3 mil toneladas de arroz

Pregão eletrônico, que chegou a ser judicializado, movimentou 87,7% do volume pretendido por R\$ 1,3 bilhão

Claudio Medaglia  
claudiom@jcrs.com.br

Em 57 minutos, o leilão realizado na manhã desta quinta-feira, conduzido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), movimentou 263,3 mil toneladas de arroz importado. O valor final do pregão eletrônico que comercializou 87,79% do total pretendido pelo governo foi de R\$ 1.316.397.300,00, representando preço médio de R\$ 4,99 por quilo. A União promete vender ao consumidor final a R\$ 4,00.

A companhia também anunciou a assinatura de novo edital para realização de pregão destinado à compra de 36 mil toneladas restantes do total de 300 mil pretendidas. A intenção, segundo o governo, é assegurar acesso fácil e barato do produto à população. Conforme o presidente da autarquia, Edegar Pretto, dados da Associação Brasileira de Supermercados apontam que o aumento médio dos preços nas últimas semanas foi de 14%, em plena safra.

Para que o certame acontecesse, entretanto, foi preciso derrubar oito demandas judiciais que pediam a suspensão, em uma operação que invadiu a madrugada, envolvendo o departamento jurídico da companhia e a Advocacia-Geral da União. Na véspera do pregão, o juiz substituto do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) Bruno Risch Fagundes de Oliveira concedeu liminar em ação popular movida pelos deputados Felipe Camozzato Marcel van Hattem, ambos do Novo, e Lucas Redecker (PSDB), determinando a suspensão do pregão.

Na manhã desta quinta, o presidente da corte, Fernando Quadros da Silva, derrubou a decisão e autorizou a operação. Os parlamentares voltaram a acionar o Tribunal, agora em recurso dire-

cionado a Quadros. Eles pedem a revogação da liminar e manutenção da decisão de primeira instância, suspendendo o leilão, bem como o deferimento de tutela provisória para suspender os efeitos de de arroz beneficiado importado no pregão eletrônico.

Em entrevista ao Jornal do Comércio logo após o encerramento, o presidente da estatal, Edegar Pretto, avaliou o leilão como um sucesso. “É uma operação muito nova, né? Desde 1987 a Conab não realizava uma operação como essa. Então, para nós foi muito importante. Nós também fomos muito conservadores, especialmente nos valores que nós ofertamos para os importadores. Nós já botamos R\$ 5,00 o quilo do arroz para trazer, transportado, embalado, colocado nos armazéns da Conab. Então nós avaliamos que foi um sucesso esse leilão”, afirmou.

Quatro empresas brasileiras, integrantes de duas bolsas de mercadorias cadastradas junto à Conab, deverão comprovar a importação e a nacionalização do produto. O prazo de entrega, conforme o edital, é 8 de agosto. Mas as empresas vencedoras têm cinco dias para depositar 5% do volume negociado, como garantia ao governo. A estatal estima que o prazo final será antecipado para 45 a 60 dias, porque as empresas têm interesse na agilização do negócio.

“Porque quando eles entregam, já desembaraçado, tudo inspecionado, já tudo sendo observado pela Barreira Sanitária Nacional, avaliado, como são todos os produtos que vêm de fora, eles vão receber. Então, nós achamos que será mais rápido”.

Segundo o diretor de Operações e Abastecimento da Conab, Thiago dos Santos, qualquer estabelecimento que comercialize alimentos com CNPJ regular, e tendo preenchido um cadastro simpli-

ficado, pode ter acesso ao arroz importado na operação. Pequenos comércios poderão receber até 5 mil quilos por mês, enquanto para grandes mercados o volume será de até 30 mil quilos.

Edegar Pretto também analisou a relação do governo com o agronegócio, a partir da judicialização do leilão. Ele afirmou que não esperava a mobilização verificada contra a importação e que o assunto foi politizado. “Ou não compreenderam o objetivo, ou quiseram fazer oposição, simplesmente”.

Segundo ele, entretanto, apesar das diferenças de opinião, o governo pretende continuar dialogando com o setor produtivo nacional.

“Não só do arroz, mas da produção agrícola do nosso País, que é tão importante. Nós lançamos, ano passado, um Plano Safra recorde, de R\$ 441 bilhões. Não faltou dinheiro, de modo geral. Dinheiro subsidiado para quem optar em produzir alimentos. E nós vamos continuar. O ministro Fávaro tem dialogado permanentemente com o setor”, disse Pretto. Ele também afirmou que não há razão para os produtores estarem descontentes com as iniciativas do governo.

Segundo ele, a importação foi definida também por conta da diferença apertada entre produção e consumo. “Temos uma margem muito apertada, muito apertada mesmo, entre o que a gente produz e o que a gente consome. Nós vamos produzir em torno disso, mas o consumo aumentou. A estimativa que o governo faz no consumo do arroz no Brasil, é de 11 milhões de toneladas. Então, com todo esse aumento que teve, 2,8 milhões de famílias que entraram no Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo, o poder de compra dos mais pobres, então aumenta o consumo”, ressaltou.



Produto deve chegar em 90 dias, mas governo acredita em prazo menor

## Governo garante medidas ‘potentes’ no Plano Safra

O governo acredita que os preços do arroz irão continuar muito aquecidos também para os agricultores. E assegura que está preparando medidas potentes agora para o próximo Plano Safra, para dar tranquilidade aos produtores. “Nós vamos fazer tudo o que estiver ao alcance do governo para incentivar o aumento da produção, dando garantia de preço mínimo. Podem ter certeza, nós vamos lançar o preço mínimo do arroz para a próxima safra que será histórico”, destacou Pretto.

Por sugestão da Conab, o governo está estudando a possibilidade de lançar um contrato de opção de venda. “Ou seja, você garante o preço mínimo compensador para dar as garantias ao produtor. Fazemos o contrato que vamos comprar naquele preço, mas se lá na frente, na hora de vender, o mercado estiver ofertando um preço maior do que o contrato, esse contrato é de opção. Então não precisa ser honrado. Mas é a garantia que nós queremos dar, porque o Brasil, o governo

federal, tem o maior interesse em aumentar a produção de arroz, feijão e mandioca, que tem diminuído os últimos anos”, destacou o presidente. Como reforço à necessidade de importação, Edegar Pretto apontou números da safra 2022/2023, que superou 320 milhões de toneladas de grãos. Segundo ele, o período também registrou a menor produção de arroz dos últimos 33 anos.

“Então, é uma medida urgente (a importação), necessária, porque o governo tem que ter um olhar holístico, o governo tem que olhar o Brasil como um todo. Não é possível que o principal alimento que vai para a mesa dos brasileiros, que é o arroz, junto com o feijão, não esteja num preço acessível e possível de o consumidor comprar. Então, a gente fez essa medida e temos autorização para 1 milhão de toneladas de compra, mas não significa que vamos comprar 1 milhão. Se nessas 263 mil toneladas que compramos já equilibrar o preço para os consumidores, está bom.”

## Farsul reúne parlamentares para discutir dificuldades do setor

Nesta quinta-feira, a Farsul recebeu parlamentares federais e estaduais para discutir a situação do agronegócio gaúcho e os problemas que vêm sendo enfrentados pelos produtores após as enchentes. O presidente do Sistema Farsul, Gedeão Pereira, destacou a excepcionalidade do momento e a necessidade de apoio para que a situação fiscal não deteriore diante das perdas ocorridas em maio de

2024. “Nossos produtores se descapitalizaram. Se não vierem medidas de exceção, nós vamos ter uma quebra de safra muito grande para o próximo ano, por falta de capital”, disse.

Gedeão pontuou que vê com preocupação a relação atual com o Ministério da Agricultura. “De saída, tivemos uma relação muito boa (com o ministro Carlos Fávaro), mas a partir do momento

em que contestamos a importação de arroz, houve corte de diálogo”. Nesta quinta-feira, Fávaro disse que houve uma especulação em cima da tragédia no Rio Grande do Sul. Mas que o aviltamento dos preços não partiu dos produtores.

“Há um mês e meio, o arroz tipo 1, longo, fino, pacote de 5 quilos estava em torno de R\$ 25 a R\$ 27 no mercado brasileiro. Após a tragédia do Rio Grande do Sul,

subiu para R\$ 35 a R\$ 40. E a especulação não veio do produtor”, afirmou.

O ministro apontou que quando o Brasil abriu o mercado, sem impostos, o País conseguiu importar 263,3 mil toneladas a um preço variando de R\$ 24,98 a R\$ 25 por pacote de 5 quilos. Para Fávaro, a judicialização do leilão por entidades do setor e por políticos foi “uma conspiração contra

o povo brasileiro”. O economista-chefe da Farsul, Antônio da Luz, informou que foi realizado um pedido de linha de crédito especial para o governo federal, de 15 anos, com dois anos de carência e 3% de juro. “Nós não estamos pedindo algo que não existe no Brasil, e só não temos isso porque o Rio Grande do Sul não dispõe de um fundo constitucional como outras regiões do País.”